

Caros(as) membros do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Educação Infantil, é com grande alegria e franqueza que encaminhamos nossas respostas referentes aos Compromissos com a Educação Infantil no Município de São Paulo.

Alegria porque identificamos muitos pontos comuns em nosso programa de governo com os 10 pontos para uma Plano de Expansão da Educação Infantil de Qualidade desenvolvidos pelo GTIEI, cuja competência e seriedade nos inspira à melhorar ainda mais nossas propostas. Franqueza porque não poderia ser diferente para uma campanha que vislumbra o longo prazo de uma São Paulo justa e sustentável e que, portanto, entende que as crianças são o principal vetor dessa transformação desde que atendidas integralmente em suas necessidades humanas e sociais.

As respostas que se seguem estão dentro de um contexto amplo de cidade com um novo modelo de governança e mecanismos de gestão descentralizada que podem ser melhor explorados na íntegra de nosso programa de governo em [www.ricardoyoung.com.br/programa](http://www.ricardoyoung.com.br/programa), seguem fatores a serem considerados para melhor compreensão das respostas:

### **I. Reconhecer os limites do Estado e a abundância de soluções na sociedade**

A Rede Sustentabilidade nasceu como um esforço de resposta à crise do modelo político e civilizatório, não pretende, portanto, reproduzir os padrões e modelos de governança que deixam a administração refém da dinâmica político-partidária. Acreditamos que o papel do Estado é mobilizar, conectar e articular recursos já existentes na sociedade a partir de uma visão estratégica construída democraticamente, devolvendo gradativamente o poder de decisão e ação coletivas à uma sociedade cada vez mais organizada e instrumentalizada para tal. Acreditamos na corresponsabilidade proporcional entre os setores e cidadãos sobre uma agenda comum de melhoria da cidade, inclusive com planos de metas conjuntos e territorializados.

(Veja Mais no Capítulo “Estratégia de Transição para o Estado Mobilizador” do nosso Programa de Governo)

### **II. Gestão em Rede - Ação Distribuída e Inteligência Compartilhada**

Em uma cidade com 11 milhões de habitantes e uma parca representação de 55 vereadores, é realmente muito difícil a administração pública alcançar toda a cidade, ainda mais se a dinâmica política-eleitoral sequestra a capacidade de gestão negociações de cargos públicos. Nossa gestão propõe a descentralização radical da administração para o que chamamos Coprefeituras eleitas pelos Conselhos Gestores do Território e conseqüente núcleos regionais de Educação, Saúde, Segurança Cidadã...

Essa descentralização radical é acompanhada de um Sistema Municipal de Inteligência Urbana com tecnologia de megadados que informatiza e conecta todos os dados da administração pública com mais transparência e eficiência, que permite identificar melhores práticas, reduzir custos, aproveitar melhor recursos públicos,

avaliação pública de serviços e contratos e conectar serviços melhorando a experiência do cidadão.

(Veja Mais no Capítulo “Ação Distribuída, Inteligência Compartilhada” do nosso Programa de Governo)

### **III. Design de Serviço Público, Eficiência e Entrega de Valor**

Em diversos setores da sociedade, gestores reconhecem que planejar a entrega de valores é mais eficiente do que a entrega de produtos e serviços. Essa escola de pensamento da administração entende, por exemplo, que saúde é mais do que hospital, segurança é mais do que polícia, educação é mais do que escola e busca os meios para atender a necessidade fim diretamente. Essa abordagem permite um alto grau de inovação por meio de metodologias e abordagens como o Design de Serviço Público que ao redesenhar serviços à partir da experiência do cidadão já ajudou muitas cidades à economizar milhões e entregar melhores serviços com menos custo.

(Veja Mais no Capítulo “Programa para Valorização, Requalificação e Eficiência do Serviço Público” do nosso Programa de Governo)

Perguntas e respostas:

#### **1. Sobre o déficit de vagas em creches na cidade de São Paulo, de que maneira o seu governo pretende resolver essa demanda?**

Em 2013, a meta estabelecida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para 2016 foi de 150 mil vagas, expressas no plano de metas do atual governo. Cumprir essa meta é o mínimo, mas a realidade é que para além das 88.288 vagas já criadas (em sua grande maioria por creches conveniadas), existe ainda uma demanda real de 106.800 vagas.

Dos 20 CEUS previstos no plano de metas apenas o CEU Heliópolis (construído pela gestão passada) foi inaugurado. Dos R\$ 620 milhões alocados para essa meta representaria R\$ 31 milhões empenhados na **construção** de cada CEU.

A discrepância entre os 150 mil das metas e da decisão do TJSP e as 106.800 vagas ainda faltantes mesmo após a criação das 88.288 vagas, se deve ao fato de a demanda ser dinâmica em função da taxa de natalidade, imigração, demanda e oferta de trabalho das famílias que impactam na necessidade de creches públicas ou conveniadas.

Nossa proposta para a redução do déficit de vagas, portanto, é:

- a. Antecipar a demanda futura por meio da Expensão do Programa Mãe Paulistana que, para além do pré-natal e parto, passará a integrar outros serviços de educação, saúde e assistência social. Com ele a criança já sairá da

maternidade com seu registro integrado à carteirinha do SUS que, por meio do cruzamento de dados do serviço público do Sistema Municipal de Inteligência Urbana, e do planejamento territorial das coprefeituras permitirá orientar com 4 meses de antecedência o devido encaminhamento da criança. Organizando melhor o fluxo, a demanda e o atendimento individual e personalizado quando necessário.

- b. Investir na construção de estruturas menores, e ainda mais capilarizadas nos territórios, nos moldes dos CEUS, mas com foco em CEI e CEMEI que sejam mais atrativas e funcionais para a co-gestão da comunidade e das famílias. Com a redução da estrutura economiza-se para investir em novas unidades. O planejamento territorial das coprefeituras, não apenas identifica a demanda local de educação infantil, mas também o potencial de cada território em receber uma unidade e o impacto dessa unidade na comunidade, envolvendo-a desde a concepção do projeto, gerando emprego na sua construção e manutenção e produzindo serviços ambientais como captação e reúso de água pluvial, horta comunitária, área verde.
- c. Parceria com escolas do Estado com maior taxa de ociosidade para acolher turmas da pré-escola.
- d. Construção e/ou Retrofit de novas creches priorizando os territórios com maior previsão de demanda de acordo com a natalidade.
- e. Investir em expandir o número de creches conveniadas em caráter de urgência.

**2. Qual a projeção em percentual de ampliação de vagas (criação de novas vagas) em creches para o município de São Paulo e qual o modelo que será adotado? Direta, indireta ou conveniada? Quantas vagas serão criadas em cada uma das modalidades? Quais as principais inovações que pretende adotar na área da política pública de educação infantil caso seja eleito?**

Os dados disponibilizados pela prefeitura são conflitantes. Apontam para 88, 90 ou 91 mil vagas criadas na educação infantil sendo mais de 75 mil em creches, com a abertura de 375 novas creches. Isso representa uma média de 200 crianças por creche. Para essa quantidade de crianças atendidas a creche deveria ter a estrutura de um CEU, ou seja, 375 CEUs e ainda assim a qualidade do atendimento questionável para essa quantidade de crianças. Então os números não fecham.

Segundo o Estadão, em julho de 2015 haviam 10.780 crianças na fila e nas creches 124.741 vagas em deficit.

Trabalhamos então com os dados enviados pelo GTIEI considerando a demanda das creches em 103,4 mil e de pré-escola em 3,4 mil em 25 de agosto. Mas há ainda um fator relevante de antecipação, pois as crianças que completam 4 anos e saem das

creches demandam vagas de 4 e 5 anos na pré-escola, fato que levou o atual prefeito permitir a permanência de crianças até 6 anos nas creches.

O orçamento da pasta de educação foi de R\$ 10,4 bilhões em 2016 sendo que o orçamento de 2017 ainda será aprovado pela Câmara Municipal.

Nossa avaliação é que para equilibrar quantidade e qualidade a política isolada de construção de espaços, não é suficiente. É necessário considerar uma Rede de Atendimento no território tendo os CEUs como pontos de referência, articulação, formação, monitoramento.

As creches conveniadas são a forma mais dinâmica de resolver a grande demanda em caráter emergencial, entretanto a dificuldade em fiscalizar, acompanhar e garantir a qualidade do grande número de conveniadas têm sido um fator de atenção. Propomos assim redes de atendimento de conveniadas ligadas à CEUs e CEIs, mais fácil de gerir em parceria com a comunidade e as coprefeituras.

- a. Conclusão dos 14 CEUs previstos que já foram licenciados: Freguesia do Ó, Novo Mundo, Carrão, José de Anchieta, São Miguel, Jose Bonifácio, Parque do Carmo e Vila Prudente, Pinheirinho D Água, Taipas, Cidade Tiradentes, Joamar/Tremembé, Campo Limpo/Piracuama e CEU Grajaú/Petrolina com uma
- b. Construção dos outros 5 previstos no plano de metas totalizando 19 novos CEUs e 2800 vagas de 0-3 e concentrando neles o fluxo de crianças de 4-5 anos que ingressam na pré-escola.
- c. Cada novo CEU, em co-gestão com as comunidades, contará coma equipe de agentes de acompanhamento e articulação de 40 novas creches conveniadas no território que têm o CEU como referência. São 800 novas creches conveniadas com um atendimento total de 65.000 crianças (80 crianças em média)
- d. Implantação de redes menores de atendimento com a Construção/Retrofit de 32 Centros de Educação Infantil (150 crianças em média) que acompanham 10 conveniadas com (100 crianças em média) totalizando 36.800 crianças.
- e. Programa de incentivo à creche no trabalho no qual empresas que ofereçam espaço e estrutura adequado para a implantação de creches para filhos dos funcionários possam abater IPTU e taxa de fiscalização de estabelecimento. Essas creches integrariam também a rede de atendimento local que tem um CEU ou um CEI como referência e acompanhamento.

Sendo assim na rede de atendimento CEU+Conveniada temos a criação de 67.800 novas vagas e na rede CEI+Conveniadas 36.800 novas vagas totalizando 104.300 crianças na rede pública e conveniada de educação infantil. 7.600 vagas diretas (7%) e 96.700 indiretas (93%).

**3. Qual o planejamento de investimentos anuais na área de educação infantil ao longo do mandato? Qual o valor do custo aluno qualidade inicial e custo aluno qualidade em educação infantil utilizado pela equipe da gestão para planejamento de investimento e manutenção da educação infantil?**

Em 2016 o valor do repasse do governo federal para o aluno de creche é de R\$ 3.308,91 e R\$ 2.545,31 para pré-escola. R\$ 345 milhões com todas as vagas em creches propostas convertidas em matrículas e R\$ 8, 5 milhões para pré-escola.

O valor de referência utilizado para orçamento municipal é da plataforma de cálculo do CAQi é de R\$ 13.011,04 por criança/ano no cenário ideal com período integral o que representaria um valor de R\$ 1,4 bilhões e um efetivo de 15.000 profissionais.

A construção dos 19 CEU e construção/retrofit de 30 CEI estarão previstas nos R\$ 620 milhões da qual a atual gestão cumpriu 40% e na entrega de um equipamento.

Nossa gestão se comprometerá com a meta do PME de ampliar o investimento total da educação em 33% da receita proveniente de impostos desde que não represente valor inferior aos R\$ 11 bilhões da pasta em 2016. Se houver queda de arrecadação a prefeitura se compromete a não reduzir o investimento em educação com absoluta prioridade na Educação Infantil.

**4. Qual a concepção do candidato e quais as propostas para a educação de alunos com deficiência na educação infantil?**

Resgatar o programa INCLUI com algumas melhorias principalmente no que se refere ao atendimento nas escolas. Ampliar o quadro de AVEs, consolidar o programa de estágio CEFAl(convênio com as faculdades) , formação específicas para os professores, ampliação do SAAI, garantir a oferta de educação bilíngue(LIBRAS).

Atendimento preferencial aos alunos nas UBS e AMAs, convênio com entidades para acompanhamento dos alunos (AACD, Dorina Nowill, Pestalozzi, AMA e outras).  
Necessário diminuir a quantidade de alunos por sala e adequação dos matérias e mobiliário.

**5. Quais as propostas relacionadas aos docentes da educação infantil no que tange à valorização profissional, capacitação inicial e continuada e condições de trabalho?**

Na Educação Infantil é necessário adequar a grade do professor para que o mesmo possa ter 6 horas aulas com aluno, isso incluindo seus horário individuais (caso JEIF), para isso devemos utilizar profissionais da área da educação física, artes e música mas isso só deve ocorrer quando as novas unidades forem entregues.

A formação dos docentes deve ser de qualidade com parcerias com grandes universidades (PUC, USP, Mackenzie) ou Institutos: Santillana , Natura, Alana, Fundação Tide Setubal, Fundação Maria Cecília Souto Maior, Cenpec.

Atenção para a Carreira do Magistério no que se refere a garantia dos direitos já adquiridos, reajustes que acompanhem a inflação, Revisão do Projeto que segue na Câmara dos Vereadores para a criação do Sampaprev. Essa valorização dos docentes é extremamente importante para que profissionais de qualidade sintam-se motivados a ingressarem na carreira pública.

Respeitar 1<sup>o</sup>3 para jornada de trabalho para planejamento e formação (conforme PNE).

Professores em início de exercício devem passar por um momento de conhecimento da carreira bem como uma integração para posteriormente dar aula.

**6. Quais parâmetros de qualidade em educação infantil serão utilizados em seu governo? Quais aspectos relacionados à qualidade da educação infantil, em creche e pré-escola, V.Sa. reputa os mais importantes e que receberão investimentos prioritários em sua gestão?**

- a. Adequação da educação infantil à meta do Plano Municipal de Educação:
  - Berçário 1 : 7 crianças/1 educador
  - Berçário II: 9 crianças/1 educador
  - Mini-Grupo I: 12 crianças/1 educador
  - Mini-Grupo II: 25 crianças/1 educador
  - Infantil I: 25 crianças/1 educador
  - Infantil II: 25 crianças/1 educador
  
- b. Valorização do profissional da educação infantil buscando a equiparação gradual do rendimento aos demais profissionais com mesma escolaridade
  
- c. A qualidade do relacionamento da criança com seu entorno e com as pessoas que o cercam é o aspecto principal para seu desenvolvimento, ambientes relaxados, seguros e oportunidade de estímulo adequado e desenvolvimento autônomo são fundamentais.

Dentro dos aspectos logísticos, que cabe à prefeitura, assegurar a qualidade da merenda e segurança da entrega merece especial atenção.

Acreditamos ainda que a principalmente, na Educação Infantil, os serviços públicos devem ser núcleo de suporte às famílias. Quando se trata do desenvolvimento integral das crianças o primeiro fator de relevância é a qualidade de sua relação com a família e entre os membros da família. De todos os equipamentos geridos pelo estado a escola

é o que chega mais perto dessa realidade e que portanto é privilegiada, não apenas para o atendimento, mas também para o levantamento de informações. O modelo de gestão descentralizada ajuda a criar redes de proteção integral no território conectando serviços e informações.

**7. Qual a equipe responsável pela elaboração de seu programa de governo na área de Educação Infantil? Quem são as pessoas que integram referida equipe, especificando formação acadêmica, profissional e contribuição que já tenham dado na respectiva área?**

O Programa de Governo da Rede Sustentabilidade foi construído de forma participativa com 8 oficinas gerais e temáticas e contribuições online. Participaram de sua construção 200 pessoas de perfis variados, muitos especialistas, muitos cidadãos engajados na melhoria da cidade, muitos protagonistas de iniciativas transformadoras da cidade.

Na área de educação contribuem significativamente:

Marta Arruda:

Professora da Rede Pública Municipal, Pedagoga, atual Diretora do CEU EMEI Jaçanã

Zysman Neiman: Doutor em Psicologia (Psicologia Experimental com pesquisa em Educação Ambiental) (2007), passagem pelo programa de doutorado em Ciência Ambiental (2000-2004), mestre em Psicologia (Psicologia Experimental, com ênfase em Ecologia Comportamental) (1991), Licenciado em Ciências (1986), Licenciado em Biologia (1986), e Bacharel em Ciências Biológicas (1986), todos pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Pesquisador e Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), atuando como vice-coordenador e professor no curso de Bacharelado em Ciências Ambientais. Teve grande atuação como Educador no Ensino de Ciências e Biologia (1985-1996). Foi Professor Adjunto da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) lotado no Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade (CCTS), onde coordenou o Laboratório de Ecologia, Percepção e Educação Ambiental - LEPEA. Foi Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental - PROSGAM-UFSCar, onde atualmente é docente e pesquisador. Também atua no Programa de Pós-Graduação em Educação do CCTS - UFSCar. Exerce a função de Presidente do Conselho Curador do Instituto Physis - Cultura & Ambiente e de Presidente da Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), uma entidade científica. Foi um dos redatores do Tema Transversal "Meio Ambiente", dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental do MEC (1998). É autor de diversos livros na área de Ecologia, Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade, e é Editor Chefe da Revista Brasileira de Ecoturismo (Qualis B2).

Rangel Mohedano:

Engenheiro Ambiental - Foi coordenador do Programa Juventude e Meio Ambiente da Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação. Conselheiro Nacional de Juventude, Formação em Educação Ativa (ciclo de formação com Margarita Valência do Instituto Pestalozzi do Equador), Formação em Pedagogia

Sistêmica pelo Espaço Conexão Sistêmica e ISPAB - Institut für Systemische Psychotherapie, Aufstellung und Beratung, atual coordenador do Programa de Governo São Paulo em Rede.

## **8. Qual a proposta para gerenciar com transparência os dados/indicadores e os gastos/financiamento com a Educação Infantil?**

O modelo de Gestão em Rede proposto em nosso Programa de Governo conta com o Sistema Municipal de Inteligência Urbana será composto por, um Departamento Municipal de Inteligência Urbana, núcleos análogos em cada Coprefeitura e uma Plataforma Integrada de Informações do Serviço Público e Inteligência Urbana.

Os objetivos do Sistema incluem:

- Reduzir custos e melhorar serviços, otimizando e potencializando recursos da administração pública;
- Integrar serviços públicos;
- Conectar ações, ofertas e demandas entre as Coprefeitorias e os serviços públicos;
- Ampliar e radicalizar a transparência das informações públicas;
- Engajar e articular diferentes setores da sociedade na resolução dos problemas comuns, aproveitando o conhecimento e as soluções já existentes na sociedade;
- Dar transparência total da execução do orçamento público, o mais próximo possível do tempo real.

Para isso cabe ao Departamento de Inteligência Urbana:

- Estabelecer métodos e procedimentos de produção e coleta de dados de cada Coprefeitura, contrato e serviço público;
- Estabelecer processos de monitoramento, análise e cruzamento de informações da administração pública, valendo-se das ferramentas apropriadas de processamento de megadados e tecnologias de inteligência de redes;
- Promover processos e grupos de trabalho intersetoriais e transdisciplinares bem como editais e chamamentos públicos para produção de soluções específicas quando necessário;
- Desenvolver a plataforma de informações do serviço público e outras tecnologias integradas de dados abertos, transparência, participação e controle social;
- Desenvolver tecnologias de informação e comunicação direta com e entre as Coprefeitorias e serviços públicos, retroalimentando-as com os dados cruzados e indicando procedimentos mais eficientes encontrados pelo conjunto dos órgãos da administração pública;



- Coordenar e organizar as reuniões mensais das Coprefeituras com o Prefeito e Secretários;
- Estabelecer com a Câmara municipal um protocolo digital de troca de informações legislativas, processos e ofícios em tempo real e publicamente acessível.
- Basear-se nas resoluções e procedimentos do TCM para estabelecer um método de transparência de orçamento e de execução em tempo real;
- Desenvolver indicadores e aferidores para a gestão com plataforma pública de acompanhamento.

Com relação à Educação Infantil as Associações de Pais e Mestres (APM) bem como Conselho de Escola, CRECE (Conselho Regionais de Representantes de Conselhos de Escola) , TCM compõem os mecanismos de gestão transparente e participativa.

### **9. Qual o conhecimento de V.Sa. a respeito da judicialização da educação infantil na Capital?**

A constituição de 1988 é um marco significativo nas políticas de educação no Brasil. Transforma a Educação Básica como um direito inalienável e especificamente no Art. 208, alínea IV destaca “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;”

O Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº 10.172/2001) estabeleceu metas de atendimento em educação infantil a serem alcançadas até o ano de 2011 (no mínimo, 50% da população em idade de creche e 80% da população em idade de pré-escola), assim como estabeleceu parâmetros para a elaboração de padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado de unidades educacionais públicas e privadas, limitando a abertura de novas instituições ao cumprimento de tais parâmetros;

Os Ministérios Públicos e Tribunais de Justiça representam um recurso fundamental no cumprimento desses direitos e atores estratégicos na aferição da qualidade de atendimento desses direitos.

### **10. Como analisa as ações do Comitê de monitoramento do Plano de Expansão na Educação Infantil de São Paulo?**

O Comitê de Monitoramento do Plano de Expansão na Educação Infantil de São Paulo acima de tudo recebeu um desafio de enormes proporções, e a responsabilidade de assegurar o direito à Educação Infantil de qualidade à população de São Paulo.

Composto por pessoas e instituições de ilibada reputação e inegável competência, vêm desempenhando um papel fundamental no monitoramento e pressão política necessária para fazer avançar a disponibilidade de vagas na educação infantil.

Pode-se dizer com um papel análogo à Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com respaldo judicial, reconhecimento público e capacidade de incidência na gestão.

Esperamos maiores informações acerca do dia 20 de setembro quando poderemos apresentar com mais profundidade nossa visão de gestão descentralizada para a Educação Infantil.

Atenciosamente,

Equipe do Programa de Governo

Campanha Ricardo Young Prefeito

Rede Sustentabilidade São Paulo